



UNIDADE

Sindicato dos **JORNALISTAS** PROFISSIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO

CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

FENAJ
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS

Órgão Oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo

80 anos

em defesa do **jornalista** e do **jornalismo**



Sindicato completa oito décadas de muitas lutas e histórias

pág. 8 e 9

"Reformas"

Terceirização não legaliza a "pejotização" no jornalismo

pág. 4

Violência Policial

Alckmin promete coibir violência policial contra jornalistas

pág. 11

Unidade Entrevista

Laura Capriglione e as novas formas de fazer jornalismo

pág. 15



SJSP e o leitor 80 anos do Sindicato

O Sindicato recebeu dezenas de mensagens pelos 80 anos de fundação da entidade, que se completaram no último 15 de abril. Agradecemos os cumprimentos e publicamos algumas das mensagens recebidas:

“Celebramos esta brilhante jornada de oito décadas, marcada por grandes lutas que resultaram em significativos avanços e conquistas históricas obtidas ao longo dessa trajetória (...). Parabéns à diretoria e a todas as pessoas que escreveram e escrevem, na luta, esta brilhante história!” – **Adriana O. Magalhães**, secretária de Comunicação da CUT São Paulo.

“Parabéns à data histórica deste Sindicato tão importante à sociedade. Educação e comunicação sempre!” – **Daniel Reis**, representante regional do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região.

“Parabéns pelos 80 anos de luta pela categoria!” – **Douglas Izzo**, presidente da CUT São Paulo.

“Parabéns aos companheiros e companheiras que construíram e constroem o Sindicato dos Jornalistas. Vida e força ao movimento sindical dos jornalistas” – **Maria José Braga**, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

“Uma honra participar da história do Sindicato. Não existe luta sem braços da-

dos, sem o coletivo. Este é meu segundo ano sindicalizado. Feliz 80 e muitos outros anos!” – **Milena Buarque**, jornalista.

“Um privilégio estar comemorando os 80 anos de um Sindicato com muita disposição de lutar em defesa da democracia e da liberdade de expressão” – **Renata Mielli**, coordenadora geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC).

“Insistir! Resistir, não desistir! Que destino para a nossa geração!” – **Sergio Gomes**, diretor da Oboré Projetos Especiais em Comunicação e Artes.

“Um Sindicato histórico, que vai continuar fazendo história!” – **Washington Lima**, economista.

UNIDADE

Órgão Oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo

Diretoria Executiva

Presidente

Paulo Leite Moraes Zocchi

Secretário Geral

André Luiz Cardoso Freire

Secretária de Finanças

Cândida Maria Rodrigues Vieira

Secretário do Interior e Litoral

José Eduardo de Souza

Secretária de Cultura e Comunicação

Lílian Mary Parise

Secretária de Relações Sindicais e Sociais

Clélia Cardim (Telé)

Secretária de Sindicalização

Ana Flávia Marques da Silva

Secretário Jurídico e de Assistência

Vitor Ribeiro

Secretária de Ação e Formação Sindical

Evany Conceição Francheschi Sessa

Conselho de Diretores

Alan Felisberto Rodrigues,

Vladimir Francisco de Miranda Filho,

Thiago Cianga Tanji,

Ricardo Vital, José Augusto Camargo,

Ana Maria Minadeo de

Moura, Michele Barros, Priscila Chandretti Vicente Vaz e

Edvaldo Antonio de Almeida

Diretores Regionais

ABCD

Peter Suzano Silva

Bauru

Sérgio Luis Pais de Oliveira

Campinas

Agildo Nogueira Júnior

Piracicaba

Martim Vieira Ferreira

Ribeirão Preto

José Francisco Pimenta

Santos

Glauro Ramos Braga

São José do Rio Preto

Sérgio Sampaio

Sorocaba

Fabiana Caraméz

Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira

Fernanda Soares Andrade

Oeste Paulista

Tânia Brandão

Conselho Fiscal

Titulares

Rose Nogueira, James Membr-

ibes Rúbio e Flávio Carrança

Suplentes

Raul Antonio Varassin e Sylvio

Micelli

Comissão de Registro e Fiscalização (Corfep)

Titulares

Alan Ricardo Covas, Douglas Am-

paro Mansur e Marlene Bergamo

Suplentes Solange Aparecida

Melendez e Márcia Quintanilha

Diretores de Base

ABCD

Carlos Eduardo Bazilevski, Érica

Aragão Peixoto, Manoel Alves

dos Santos, Vilma Amaro e Ro-

berto Parizotti

Bauru

Ricardo Epifânio de Santana, Luis

Victorelli, Ieda Cristina Borges e

Joanna Brandão P. de Andrade

Campinas

Hugo A. Gallo Mantellato, Fer-

nanda de Freitas, Marcos R. Al-

ves e Manoel de Brito F. Neto

Oeste Paulista

Altino Oliveira Correia, Everton

dos Santos, Sérgio Borges e

José dos Reais

Piracicaba

Adriana Ferezim dos Santos, Pa-

trícia Moraes Sant'ana Amancio,

Paulo Roberto Botão, Poliana

Salla Ribeiro e Vanderlei Antonio

Zampaulo

Ribeirão Preto

Aureni Menezes, Antonio Claret

Gouvea, David Batista Radesca,

Fábio Lopes, Nilton Pinat Júnior e

Ronaldo Augusto Maguetas

Santos

Carlos Alberto Rattón, Diogo

de Oliveira Caixote, Denise

Beatriz Neves, Eraldo José dos

Santos, Emerson Pereira Cha-

ves, Reynaldo Salgado e Luigi

Bongiovanni

São José do Rio Preto

José Luis Lançoni, Igor Sorenti e

Jocelito Paganelli, Harley Pacola

e Arnaldo de Freitas Vieira.

Sorocaba

Aparecida Vitalina Muniz, José

Antonio Rosa e Riana Kelly Pires

Martins

Vale do Paraíba

Bruna Briti Vieira Guimarães,

Camões Ribeiro do Couto Filho,

Nilton Cardim e Vanessa Gomes

de Paula.

Comissão de Ética

Denise Fon, Roland Marinho

Sierra, Flávio Tiné, Fernando

Jorge, Antonio Funari Filho, João

Luis Marques, Franklin Valverde,

Lúcio França, Rodrigo Sérvulo.

EXPEDIENTE

Diretora responsável:

Lílian Parise (MTb 13.522/SP)

Editora:

Flaviana Serafim (MTb 83.170/SP)

Diagramação:

Victor Paoluk

Conselho Editorial:

Jaqueline Lemos, Luiz Carlos

Ramos, Laurindo Leal Filho (Lalo),

Assis Ângelo, Renato Yakabe e

Aduvias Bispo da Luz.

Impressão: Bangraf - Tiragem: 4.000

Fone (11) 2940-6400

Foto de capa: Cadu Bazilevski

Os artigos assinados não refletem

necessariamente a opinião do

jornal ou do Sindicato.

Rua Rego Freitas, 530 - Sobreloja

CEP 01220-010 - São Paulo - SP

Tel: (11) 3217-6299

sjsp.org.br

unidade@sjsp.org.br

/JornalistasSP

/SindicatoJornalistasSP

Os jornalistas e a Greve Geral

O golpe de Estado não para de produzir frutos venenosos. A reforma trabalhista, sob uma retórica de “modernização”, promove uma demolição das garantias e direitos dos trabalhadores. Os empresários fazem propaganda do tal “custo Brasil”, mas na verdade querem mesmo reduzir o “custo do trabalho”. Alguns dos pontos abordados pelo projeto em curso são a flexibilização da jornada de trabalho (com a perda do pagamento de hora extra), a retirada da fiscalização do Sindicato em caso de demissão (a homologação), a introdução da “livre negociação” entre a empresa e o trabalhador individual que ganha mais de dois tetos da Previdência Social (atualmente de R\$ 11.062), a criação de dificuldades para o recebimento de ações trabalhistas (*leia na pág. 6*). São pontos que garantem uma renda maior a quem trabalha.

Ao que parece, para a elite econômica, o problema do Brasil é que o trabalhador ganha muito. Sabemos que, a partir de 2003, a desigualdade caiu num ritmo inédito no país, ao passo que dezenas de milhões de pessoas, entre a camada mais pobre da população, tiveram uma significativa melhoria de renda – graças a mecanismos como o forte aumento real do salário mínimo. Esse diagnóstico não é peça de propaganda, mas emerge de

dados estatísticos de entidades internacionais como o Banco Mundial. Temer ascendeu com a determinação de dar marcha à ré neste processo.

O governo golpista não disfarça que sua cascata de medidas visa beneficiar o setor privado – sobretudo o capital estrangeiro e os grandes grupos empresariais. A reforma da Previdência pretende expandir o negócio bilionário das previdências privadas, em proveito dos bancos. A Lei da Terceirização (*leia na pág. 4*) ajuda os empresários numa prática que, comprovadamente, reduz salários e precariza o trabalho. A reforma trabalhista retira direitos e deixa os assalariados sem ter a quem recorrer. A voracidade e a violência das medidas, porém, não poderia vir sem reação.

Cresce a resistência

As manifestações com paralisação em 15 de março, ocorridas em todo o Brasil, mostraram um cenário novo: as camadas populares começaram a expressar revolta e indignação de forma contundente. Afinal, Temer utiliza um arsenal que jamais passou por qualquer crivo popular. A força do movimento levou até as alas mais imobilistas do sindicalismo às ruas, e, com a força dessa unidade, cresceu a mobilização, passando por grandes

atos em 31 de março e chegando à Greve Geral de 28 de abril.

Como jornalistas, temos consciência do papel das grandes empresas de comunicação. Em seus editoriais – e no direcionamento do noticiário – mostram um apoio entusiasmado às reformas, que legalizam parte do que elas mesmas praticam, pois os jornalistas já são uma categoria bastante precarizada. Os patrões determinaram a abordagem contrária ao movimento. O “Jornal Nacional” da véspera da greve sequer tocou no assunto, preferindo escondê-la. A situação chegou ao extremo no “Cruzeiro do Sul”, de Sorocaba (SP), onde um procurador integrante do conselho do jornal invadiu a redação com um grupo, censurou a cobertura jornalística da greve e ditou o conteúdo antigreve da edição do dia seguinte. O Sindicato denunciou o fato, e os jornalistas, em protesto, retiraram o nome da edição (*leia na pág. 14*).

Jornalistas em greve

Na cobertura noticiosa, muitos órgãos tentaram, novamente, mostrar a Greve Geral como um bloqueio de transportes. Nada mais falso! Houve um movimento profundo, que abarcou um número vasto de categorias e se espalhou por todo o país. Um exemplo disso é o fato de que a greve atingiu a nossa própria categoria.

A direção do Sindicato, por seu compromisso com a defesa dos direitos trabalhistas, desde o começo apoiou o movimento. Duas semanas antes da data, colocou-se à disposição para comparecer a locais de trabalho e se reunir com os jornalistas. Em alguns locais, mesmo com a realização de reuniões, não houve mobilização suficiente para parar no dia 28. De qualquer forma, houve interesse e discussão, o que é sempre o primeiro passo.

Em 28 de abril de 2017, houve uma greve organizada na Empresa Brasil de Comunicação (EBC), de âmbito nacional, decidida em assembleia. Em São Paulo, com piquete dos sindicatos dos jornalistas e dos radialistas, houve uma paralisação de 85% dos trabalhadores.

Além disso, a adesão à Greve Geral parou a redação da Carta Capital, da revista Brasileiros, a comunicação da Câmara Municipal de Guarulhos, setores da editora Abril e do portal Uol.

Esta foi a nossa contribuição para o sucesso da mobilização geral no Brasil. Agora, há uma caravana para Brasília. Caso não baste para barrar as reformas, temos de ir além, e pode se colocar uma nova Greve Geral. Há motivos, e, o mais importante, há disposição para isso.

Direção do SJSP

Terceirização ilimitada não legaliza a “pejotização” no jornalismo

Alterações na legislação do trabalho temporário pioram quadro de precarização nas redações

Marcelo Camargo/Agência Câmara

As mudanças na legislação do trabalho temporário, sancionadas no último 31 de março pelo presidente golpista Michel Temer (PMDB), representam mais um ataque do governo ilegítimo aos direitos trabalhistas e vão aprofundar a precarização também no jornalismo, alerta a direção do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP).

Uma das principais alterações trazidas pela Lei 13.429/2017 é que a legislação, ao tratar das questões sobre o trabalho temporário, permitiu a terceirização também na atividade principal das empresas.

“As empresas de comunicação vêm piorando as condições de emprego há anos mesmo quando a terceirização estava proibida para as atividades-fim e, com a liberação dessa forma de trabalho temporário em qualquer atividade, o quadro tende a piorar”, avalia Paulo Zocchi, presidente do SJSP.

Ao ampliar o tempo de trabalho temporário para até nove meses, a lei também abre brecha, por exemplo, para que as empresas contratem equipes de jornalistas temporariamente, achatando salários, reduzindo benefícios e aumentando a rotatividade com a dispensa de todos os profissionais ao final do período.



Terceirização na atividade-fim foi “embutida” na votação da nova lei do trabalho temporário

Outro alerta à categoria é que a terceirização ilimitada não vai legalizar a “pejotização” dos jornalistas. O vínculo empregatício - caracterizado pela habitualidade, pessoalidade e subordinação - continua a existir, e não é anulado com a alteração da legislação.

“Seja o jornalista terceirizado ou Pessoa Jurídica, se o vínculo empregatício fi-

car caracterizado há fraude nessa relação trabalhista e o Sindicato continuará atuando, defendendo o profissional e movendo ação judicial contra a empresa empregadora”, garante o sindicalista.

Além da defesa dos jornalistas, o dirigente ressalta que o SJSP continuará, ao lado das centrais sindicais e dos movimentos sociais, na luta

intransigente pela derrubada da “reforma” encampada pelo governo golpista.

Para orientar quanto aos impactos específicos para os jornalistas, o SJSP elaborou um guia para esclarecer as mudanças à categoria com a análise feita pelo advogado Raphael da Silva Maia, coordenador jurídico do Sindicato (*leia box na página ao lado*).

Como as mudanças na legislação do trabalho temporário afetam os jornalistas

Qual a diferença entre terceirização e "pejotização" no jornalismo?

A terceirização ocorre quando uma empresa, em vez de admitir trabalhadores diretamente, contrata outra empresa e seus empregados para a prestação do serviço. Na "pejotização", a empresa contrata um jornalista como Pessoa Jurídica para fazer o trabalho. Com grande frequência, essa situação é uma fraude que sonega o vínculo empregatício.

Na terceirização ou na pejotização, se a relação de trabalho tiver pessoalidade, habitualidade e subordinação do jornalista, há vínculo empregatício?

O que diferencia a legalidade da ilegalidade nas duas situações é a subordinação. Se uma empresa é contratada para prestar um serviço, mas o jornalista atende às jornadas com pessoalidade (ou seja, a própria pessoa tem de fazer o trabalho), habitualidade e cumprindo ordens, estes são requisitos do contrato de trabalho e, assim, o contrato de serviço terceirizado ou PJ é considerado uma fraude, pois fica caracterizado um vínculo direto com a empresa tomadora do serviço.

Como o profissional poderá comprovar o vínculo empregatício?

Com e-mails, mensagens que expressem ordens recebidas ou direcionamento do trabalho, punições por atraso, controle de ponto e também por testemunhas afirmando que o jornalista realiza o trabalho com pessoalidade e cumprindo ordens da empresa tomadora do serviço.

De que forma a terceirização na atividade principal da empresa afeta os jornalistas? Quais são perdas?

Se o jornalista é empregado de uma terceirizada, deve ter garantidos todos os direitos de um trabalhador celetista. Porém, na maioria dos casos, a terceirizada paga salários menores, não garante todos os benefícios que teria um jornalista contratado diretamente e abre-se espaço para redução de direitos. Outro problema é quanto ao enquadramento sindical, pois o terceirizado pode ser vinculado a qualquer outra entidade que não o Sindicato dos Jornalistas, o que aprofunda a perda de direitos e benefícios garantidos nas Convenções Coletivas de Trabalho da categoria, como o reajuste salarial.

Quais os cuidados e orientações ao jornalista que trabalha como terceirizado?

O profissional deve estar atento à redução salarial e dos benefícios. Por exemplo, se o jornalista está sendo terceirizado por uma empresa na qual já era empregado, a fraude fica evidente porque ele vai continuar sendo demandado, subordinado e atendendo as mesmas condições do contrato de trabalho.

Nesta situação, é preciso guardar comprovantes, e-mails e tudo que possa provar que, apesar de ter sido terceirizado, o jornalista continua subordinado e tendo seu trabalho dirigido pela empresa que era sua antiga empregadora. A exceção é se existe autonomia em relação à empresa tomadora e a prestação de serviço do jornalista for para a terceirizada.

Como fica a atuação do SJSP com essa terceirização? A terceirização limita a defesa do jornalista pelo Sindicato?

O Sindicato continua com a prerrogativa de defender o jornalista e, se deparando com a situação na qual fique reconhecido o vínculo de emprego, está caracterizada a fraude e a entidade vai denunciar ao Ministério Público, defendendo judicialmente os interesses dos profissionais. Hoje isso já ocorre e não mudou. Mesmo com a possibilidade de terceirização na atividade-fim, se é caracterizado o vínculo de emprego, com subordinação e outros requisitos do contrato de trabalho, não há como se falar em terceirização porque o que há é o vínculo direto com a empresa tomadora do serviço e isso é uma fraude.

As empresas de comunicação poderão trocar os jornalistas efetivos por temporários por até nove meses?

Em teoria, sim. Na legislação antiga, o temporário era para substituir pessoas ausentes por motivos ocasionais (férias, licença-maternidade) ou para trabalhos imprevistos e extraordinários. Pela lei atual, estão permitidos também o trabalho previsível, sazonal ou intermitente. Isso abre a possibilidade de se contratar uma equipe para fazer somente uma publicação específica num período de duração de até nove meses. Mas, se mesmo assim, ficar caracterizada a subordinação direta do jornalista temporário, também se configura o vínculo empregatício. Em relação aos direitos trabalhistas, há garantias específicas para os temporários, mas que não são as mesmas do empregado efetivo.

Se uma empresa terceirizadora não pagar o jornalista, ou se não fizer o recolhimento de contribuições, como a da Previdência Social, como o profissional poderá se defender? A quem deve recorrer?

Em relação a contribuições, o profissional deve conferir, junto ao INSS, se os recolhimentos estão sendo feitos corretamente pela empresa e, se não, deve denunciar ao órgão. Se a empresa prestadora da terceirização não fizer os recolhimentos devidamente, cabe, inclusive, a responsabilização subsidiária da empresa tomadora do serviço, que poderá ser acionada e terá que arcar. Nos casos de falta de pagamento dos salários ou dos recolhimentos, o primeiro passo é acionar a prestadora de serviço, mas se a empresa não cumprir com sua obrigação, no mesmo processo a tomadora do serviço é acionada judicialmente e será responsabilizada na execução da sentença.

A nova lei também abre espaço para a quarteirização no jornalismo?

Sim, a lei fala em subcontratação, e uma terceirizada pode subcontratar. Neste caso, o jornalista tem que estar subordinado à subcontratada porque, se há subordinação à prestadora ou à tomadora do serviço, continua caracterizado o vínculo empregatício. Mas, além da questão legal, o Sindicato continuará a considerar que os jornalistas que trabalham numa redação são iguais e devem ter os mesmos direitos.

Jornalista deve consultar o tempo de trabalho no INSS

Os jornalistas que, nos últimos anos, ganharam processo para o reconhecimento de vínculo empregatício devem consultar o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) para conferir se os dados foram atualizados.

Entre os casos, estão os de profissionais obrigados a atuar como Pessoa Jurídica (PJ) ou sem registro e que tiveram o vínculo reconhecido judicialmente após ação movida pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP).

A orientação é da Secretaria Jurídica do SJSP e tem o objetivo de confirmar se o período de trabalho reconhecido no processo

judicial consta no cadastro no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A consulta é necessária porque o sistema do INSS não está conectado ao da Justiça do Trabalho e, por isso, jornalistas que buscam a aposentadoria são surpreendidos com a ausência de informações na Previdência.

Para comprovar que vínculo foi reconhecido pela Justiça do Trabalho, o INSS costuma exigir a apresentação de uma cópia com a íntegra da ação movida pelo Sindicato. Porém, como os processos são incinerados pela Justiça depois de alguns anos, quem não conseguir apresentar a cópia pode ficar sem a conta-

gem do período para o cálculo da aposentadoria. Assim, a orientação do jurídico do SJSP é para que a consulta seja feita o mais breve possível e não somente no momento da aposentadoria.

Caso seja verificado que o tempo reconhecido pela Justiça não consta no CNIS, o jornalista que moveu a ação assistida pelo Sindicato deve procurar a Secretaria Jurídica do SJSP para que as medidas cabíveis sejam tomadas.

Como consultar o CNIS

O CNIS contabiliza o tempo de trabalho de todos os vínculos empregatícios do trabalhador e apresenta um extrato para confe-

rir se a empresa fez corretamente os recolhimentos e contribuições à Previdência Social. Para a consulta pela internet, basta acessar <http://bit.ly/ExtratoCNIS>

É preciso ter o CPF e o PIS em mãos e, para quem nunca utilizou os serviços on line do INSS, é necessário cadastrar uma senha. Feito o cadastro, o jornalista poderá conferir o extrato sempre que desejar diretamente no <https://servicos.inss.gov.br>

Para outras informações ou esclarecimentos, contate a Secretaria Jurídica do Sindicato pelo e-mail juridico@sjsp.org.br ou no fone (11) 3217-6299, de segunda à sexta-feira, das 9h às 17h30.

“Reforma” trabalhista: a demolição de direitos dos jornalistas

Retrocesso ao século XVIII dá o tom da “modernização das relações de trabalho” do governo golpista

O governo ilegítimo de Michel Temer (PSDB) completa um ano e, além do golpe à democracia, a principal marca do período é a tentativa de destruição de um conjunto de direitos históricos conquistados pela luta da sociedade brasileira.

O texto-base da “reforma” trabalhista foi aprovado em abril pela Câmara dos Deputados e o Projeto de Lei (PL) 6.787/2016 seguiu para o Senado como Projeto de Lei Complementar (PLC) 38, deixando claro o objetivo do governo golpista e do patronato – ampliar a precarização, rebaixando o custo do trabalho.

Em discursos que parecem ignorar a inteligência da população, o presidente golpista afirma que quer “garantir total direito do trabalhador”, e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), foi além ao dizer



que a sociedade “aplaudirá” as reformas em tramitação no Congresso Nacional. Sobre a permissão para trabalho insalubre às grávidas, o relator da reforma, deputado Rogério Marinho (PSDB-RN) afirma que “o excesso de tutela estatal mostrou-se prejudicial à mulher”..

No outro lado, advogados, juristas, sociólogos e sindicalistas ressaltam que a mudança representa um retrocesso de 200 anos porque rasga direitos que começaram a ser construídos no século XVIII com o capitalismo industrial.

Nesta análise, elaborada pela Secretaria Jurídica do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP), confira as principais mudanças para a categoria com a demolição dos direitos trabalhistas pelo governo golpista:

Como é hoje em dia

Negociado sobre o legislado

O Sindicato pode negociar com as empresas pontos previstos na legislação, mas somente para melhor as condições de trabalho.

Demissão “consensual”

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) prevê o pedido de demissão pelo jornalista, a demissão sem justa causa ou o desligamento sem justa causa. No caso da demissão sem justa causa, o trabalhador tem direito ao aviso prévio e ao saque integral do Fundo de Garantia, com multa de 40% sobre o saldo paga pela empresa.

Demissões coletivas

Há jurisprudência considerando que, em caso de demissões coletivas, as empresas têm de avisar previamente as categorias, por meio dos sindicatos, para que haja uma negociação. Com base nisso, o SJSP tem conseguido barrar demissões, conquistado reintegrações ou força negociações estabelecendo contrapartidas aos demitidos.

Homologação de demissão ou acordo judicial

Quando o jornalista é demitido com mais de um ano de trabalho, a empresa tem que homologar a demissão no Sindicato, o que permite que a entidade confira as contas das verbas rescisórias, oriente e alerte sobre qualquer direito que os patrões possam estar sonhando.

Banco de horas e jornada de 12h x 36h por acordo individual

Hoje a lei garante respeito à jornada, com pagamento de hora extra, sendo possível flexibilizar a jornada se houver acordo com o Sindicato, o que permite que os jornalistas negociem a questão com as empresas coletivamente.

O que muda com a “reforma”

O projeto permite que as empresas forcem negociações nocivas aos jornalistas, sem a necessidade de qualquer contrapartida. O acordo entre empresas e trabalhadores passa a valer mais que a lei para jornada, férias, intervalo intrajornada e “teletrabalho”.

Com a nova “modalidade” de demissão sem justa causa, o jornalista receberá apenas metade da multa do FGTS e do aviso prévio, só pode sacar 80% do FGTS e perde o direito ao seguro-desemprego. A medida abre uma nova forma de pressão contra o trabalhador, forçando acordos de demissão com redução de direitos.

Autoriza as demissões coletivas sem a exigência de qualquer negociação prévia com os sindicatos.

A “reforma” cria a homologação diretamente entre os patrões e o jornalista, seja quanto à demissão ou qualquer outro direito trabalhista. O trabalhador perde a orientação jurídica e o apoio do Sindicato, e a empresa poderá impor acordos que rebaixem ou parcelam o pagamento de verbas rescisórias, ou retirando outros direitos.

O banco de horas, ou a jornada de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, podem ser estabelecidos por acordo individual, sem intermediação do Sindicato e, sendo a empresa a parte forte das relações de trabalho, os patrões podem impor o que quiserem ao jornalista individualmente.

Na “terra arrasada” dos direitos, muita exploração e pouco acesso à Justiça do Trabalho

Limitação do acesso à Justiça gratuita é outra face perversa da “reforma”

Antônio Cruz/Abr



Oposição protesta contra a votação da “reforma” na Câmara dos Deputados

Além do fim dos direitos existentes, como mostra o quadro ao lado, a “reforma” trabalhista, que tramita no Senado como Projeto de Lei Complementar (PLC) 38, também trouxe “novidades” em meio às mudanças que só interessam às empresas e, novamente, têm forte impacto no cotidiano de trabalho dos jornalistas.

Entre outros pontos que atingem a categoria estão o “teletrabalho”, regulamentado com o intuito de registrar que o trabalhador não terá direito a horas extras mesmo que vá até a empresa. Permite que o profissional seja obrigado a fazer jornadas desregulamentadas, sem que seja possível cobrar a empresa por isso.

Com o trabalho intermitente, o jornalista pode ficar gratuitamente à disposição da empresa, mas só recebe pelo tempo que trabalhar e, se for

convocado, confirmar presença e faltar, ainda seria obrigado a pagar uma multa.

O fim da ultratividade das Convenções ou Acordos Coletivos significa que as cláusulas já garantidas perdem o efeito legal enquanto o Sindicato e a empresa negociam a renovação. Dessa forma, se as negociações seguem além da data base, deixa de existir o piso salarial, por exemplo, até a renovação do acordo. Neste caso, vale lembrar que as últimas campanhas salariais de Jornais e Revistas foram concluídas somente em dezembro, seis meses após a data base, em 1º de junho de 2016.

Com a retirada da natureza salarial de verbas pagas como “ajuda de custo” (diária de viagens, abonos, vale-refeição) e prêmios pagos ao trabalhador, a alteração “legaliza” o “salário por fora”, ou seja, sem incidência de

Fundo de Garantia, férias e 13º. Na prática, incentiva empresas a fixar um salário baixo, sobre o qual incidem direitos, e pagar o resto como verba adicional, sem direitos. Outra mudança que prejudica quem tem mais tempo de carreira é a que determina que os que ganham acima de dois tetos da Previdência (pouco mais de R\$ 11 mil hoje) podem acertar individualmente com o patrão diversos pontos (como reajuste de salário e controle de jornada), sem a proteção do Sindicato.

Defesa do jornalista e acesso à Justiça do Trabalho

No escopo da “reforma” também pesam mudanças que pioram o acesso à Justiça do Trabalho, piorando a profunda desigualdade nas relações entre trabalhadores e empresas.

Hoje, o jornalista pode mover ação judicial para reclamar direitos desrespeitados pela empresa (não pagamento de horas extras e de adicional noturno, acúmulo de função etc.) e tem acesso à Justiça gratuita. Porém, o texto-base desestimula o ingresso de reclamações trabalhistas, pois limita a concessão da gratuidade da Justiça e transfere ao profissional os honorários advocatícios e periciais. Pelo proposto no PLC 38, ainda que o trabalhador ganhe diversos pontos do processo, terá que pagar honorários para

os pontos nos quais a Justiça não lhe der ganho de causa.

O texto-base também limita em até R\$ 50 mil o valor da condenação das empresas por danos morais, inclusive nos casos de acidente de trabalho, e mesmo nas situações que há responsabilidade direta do empregador. O trabalhador fica exposto a um dano que o impeça de ter uma vida produtiva, sem que a empresa seja condenada a arcar com as consequências.

Outros três pontos completam o cenário de terra arrasada – a proposta dificulta a responsabilização solidária do grupo econômico em caso de não pagamento ao jornalista, livra o ex-sócio da empresa da dívida trabalhista de antigos empregados e, ainda, deixa os débitos à empresa sucessora, o que impede que o empregador originário seja acionado judicialmente.

Atualmente, há trabalhadores que ganham ações trabalhistas, mas não conseguem receber porque a antiga empresa alega não ter patrimônio para honrar os compromissos – casos que os jornalistas conhecem bem, como os da Gazeta Mercantil, da TV Manchete e dos Diários Associados. Dessa forma, o PLC cria mais um obstáculo para a responsabilização judicial, dando brecha para que os empresários “esvaziem” as empresas de comunicação e deixem os jornalistas na mão.

Auditório lota em ato pelos 80 anos, em defesa dos jornalistas, do jornalismo e da democracia

Sindicato celebra oito décadas atuante no mundo do trabalho e na sociedade

Cadu Bazilevski

O auditório Vladimir Herzog ficou lotado, em 17 de abril, com mais de 200 pessoas presentes, no ato que comemorou os 80 anos de fundação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP), completados dois dias antes. A cerimônia foi marcada pelo resgate histórico das oito décadas de trajetória da entidade e pela afirmação do papel do SJSP na atualidade como instrumento de defesa e de expressão coletiva dos jornalistas de São Paulo.

A mesa contou com o presidente do SJSP, Paulo Zocchi; a presidenta da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Maria José Braga; o presidente da CUT/SP, Douglas Izzo; com o ex-presidente do SJSP e da Fenaj, Audálio Dantas, e com a jornalista e diretora da entidade, Rose Nogueira. Compuseram também a mesa Amadeu Mêmolo, da Associação dos Jornalistas Veteranos; Luís Carlos Murauskas, da Arfoc-SP (Associação de Repórteres Fotográficos e Cinematográficos); Cinthia Gomes, da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira); e Denise Fon, das comissões de Assessoria de Imprensa e de Ética do Sindicato.



Douglas Izzo, da CUT/SP, fala no ato: resgate histórico e defesa dos direitos trabalhistas marcaram a solenidade

O Sindicato nasceu em 1937, pouco antes da ditadura do Estado Novo, em novembro daquele ano. Em sua história, enfrentou também a ditadura militar de 1964. Agora, vive novamente uma conjuntura de golpe de Estado, com o claro objetivo de ataque aos direitos sociais e trabalhistas.

O Sindicato nasceu em uma reunião com 52 jornalistas (entre os quais somente uma mu-

lher, Margarida Izar). A ata, feita à mão, registra o nascimento da entidade e a direção provisória, eleita numa noite fria de quinta-feira, no Centro do Professorado Paulista, no bairro da Liberdade, como relata o jornalista José Hamilton Ribeiro, no livro que escreveu para os 60 anos do SJSP, "Jornalistas: 1937-1997: história da imprensa vista pelos que batalham laudas, câmeras e microfones".

Enquanto nos primeiros anos a prioridade era a regulamentar a profissão, hoje a principal frente de batalha é contra a precarização: a pejetização, a terceirização e a retirada de direitos. "Não vamos desistir. Nossa luta não para até chegarmos a uma sociedade calcada nos interesses da maioria da população trabalhadora", disse Paulo Zocchi, presidente do SJSP, ao falar sobre os embates atuais.

1937-1947

Nascimento do Sindicato, em 15 de abril de 1937, com a prioridade de ordenar a profissão em meio ao cenário de repressão às liberdades de expressão e imprensa pela ditadura de Getúlio Vargas. No ano seguinte, é criado o programa sindical "A voz do jornalista", na rádio Educadora Paulista. A categoria conquista o Decreto-Lei 910/38, que determina o registro profissional, a jornada de cinco horas, férias remuneradas e a instituição dos cursos de jornalismo no país. Em 1942, o Sindicato se torna estadual, realiza o primeiro congresso e realiza o primeiro curso de jornalismo se concretiza em 1947, na Fundação Cásper Líbero.

1948-1957

Período em que ocorrem os primeiros Congressos Nacionais da categoria, defendendo a criação de escolas de jornalismo, a profissionalização dos jornalistas e a organização associativa em todo o país. Nas campanhas salariais, a luta pelo piso salarial. Em 1950, começa a televisão no Brasil.

1958-1967

O Sindicato criou um curso de jornalismo em 1958 e dois anos depois ocorre o primeiro congresso sobre o ensino da profissão. Em 1º de dezembro de 1961, ocorre a vitoriosa e histórica greve com adesão maciça da categoria. O Tribunal Regional do Trabalho deu ganho de causa aos jornalistas que, depois de cinco dias de braços cruzados, conquistaram reajuste de 45% e o piso salarial da categoria. Com o decreto 1.177/62, diploma de jornalista passa a ser obrigatório. Diante da ditadura, iniciada em 1964, o Sindicato se opõe à Lei de Imprensa, que tramitava no Congresso Nacional em 1966.

1968-1977

Em 1968, o Sindicato adquire a sede própria na Rua Rego Freitas, no centro da capital, e amplia a representação regional em Guaratinguetá e Santo André, no ABC paulista. A censura prévia chega às redações mutilando o jornalismo e nos Congressos de Jornalistas a liberdade de imprensa e expressão eram a principal reivindicação. O decreto-lei 972/69 consolidou a obrigatoriedade do diploma e definiu novos parâmetros à profissão, mas o período foi de perseguições, prisões e torturas de jornalistas. Em 25 de outubro de 1975, Vladimir Herzog é morto sob tortura aos 32 anos nos porões do Doi-Codi. O caso mobilizou o país e o Sindicato protagonizou a reação à ditadura denunciando o "suicídio" forjado pelos militares e articulando a sociedade civil. Na sede do SJSP é que se organizou o ato ecumênico após a morte de Vlado, com oito mil pessoas na Praça da Sé, um marco do movimento contra a ditadura.

Audálio Dantas, que presidiu a entidade durante a ditadura militar, destacou a atuação do Sindicato para além do mundo do trabalho, sempre na defesa da democracia desde o seu surgimento.

“Foi no Sindicato que se decidiu o culto ecumênico depois do assassinato do Vladimir Herzog. Mais de 8 mil pessoas foram à Praça da Sé, apesar do cerco dos militares. Foi a partir da luta feita pelo SJSP que a ditadura começou a cair a partir de 1975”, recordou.

A participação das mulheres no jornalismo foi abordada por Rose Nogueira, jornalista há 50 anos. Segundo dados da Fenaj, as jornalistas hoje representam mais de 60% da categoria no país. A presença feminina só cresceu no jornalismo a partir da década de 1970. Rose contou que, quando começou, nos anos 1960, era raro haver mulheres na profissão, pois o jornalismo era “de homens, de boêmios, de pessoas alternativas. Era uma profissão masculina, que foi se feminilizando com o tempo”. E ela explica: “Quando comecei na Rede Globo, só contratavam mulheres porque ganhávamos menos, éramos mais rápidas na hora de escrever e mais perspicazes na hora de olhar uma imagem”.

Outra recordação foi a histórica greve de 1961, quando os jornalistas foram às ruas enfrentar as bombas de efeito moral e os ja-

tos d’água dos brucutus da Força Pública – no que ficou conhecido como “piquete da bunda molhada” –, e conquistaram reajuste de 45% no piso salarial da categoria.

Na grande greve de 1979, que mobilizou mais de 1.600 jornalistas, a reivindicação específica das mulheres era por igualdade salarial, explica Rose. Contudo, a paralisação não resultou em conquistas, como em 1961, mas em demissão em massa, depois que a greve foi julgada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho.

O engajamento do Sindicato em defesa dos direitos humanos é outra marca da entidade. Por isso, na cerimônia, houve o lançamento do Relatório da Comissão da Verdade, Memória e Justiça do SJSP. O documento reúne a biografia de 25 jornalistas desaparecidos ou mortos na ditadura e traz depoimentos de outros 22 profissionais de jornalismo perseguidos pelo regime militar. A publicação traz, ainda, indicação de leituras sobre o tema, além de conclusões e recomendações sobre o direito à memória. A versão digital será disponibilizada no site do sindicato - www.sjssp.org.br

O ato foi encerrado com a inauguração do quadro “50 Anos do Golpe Militar”, de Elifas Andreato, que passa a ser exibido na parede do auditório ao lado da obra “25 de Outubro”, do mesmo autor.

Homenagem na Câmara Municipal de São Paulo

Cadu Bazilevski



Ex-presidentes e representantes dos jornalistas na Sessão Solene

A Câmara Municipal de São Paulo homenageou os 80 anos do Sindicato em Sessão Solene realizada em 27 de abril, por iniciativa do vereador Antonio Donato (PT). Na mesma noite, ocorreu uma homenagem ao Dia do Jornalista, celebrado em 7 de abril.

Como a solenidade ocorreu às vésperas da Greve Geral de 28 de abril (*leia mais na pág. 10*), o embate para impedir o desmonte dos direitos trabalhistas pelo governo ilegítimo de Michel Temer deu o tom dos discursos.

Na cerimônia, representantes do Sindicato e de

outras entidades também defenderam a liberdade de imprensa dos jornalistas e de expressão da sociedade, e reforçaram a denúncia do crescimento da repressão policial na cobertura das manifestações populares em São Paulo.

Na Sessão, foram homenageados, ainda, Paulo Zocchi, atual presidente do Sindicato dos Jornalistas, e os ex-presidentes Audálio Dantas, Everaldo Gouveia, Fred Ghedini, Robson Moreira e José Augusto Camargo, hoje vice-presidente da Federação Nacional dos Jornalistas.

1978-1987

O SJSP cria o Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos em 1979. Na transição da ditadura para a abertura democrática, o SJSP segue na luta por melhores condições salariais e pelo fim da censura. Surgem nas redações os conselhos consultivos de representantes e, em 1979, a categoria decide entrar em greve geral. A adesão dos jornalistas foi maciça, mas, ao contrário de 1961, as empresas conseguiram manter os jornais em circulação, a greve foi considerada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho, não conquistou reajuste salarial e mais de 200 profissionais foram demitidos. Em 1982, ocorre a primeira eleição direta para a diretoria da Fenaj e, em 1983, o primeiro encontro dos profissionais de assessoria de imprensa. Em 1986, com a Assembleia Geral Constituinte, o Sindicato e a Fenaj buscam adesão para a emenda popular incluindo a democratização da comunicação na Constituição.

1988-1997

A informatização chega às redações e traz novos desafios à regulamentação, ao mercado e surgem as especializações na profissão (economia, política, esporte etc.) e em serviços como assessoria de imprensa e comunicação interna. Em 1994, a luta era para unificar o piso salarial da categoria em todo o estado paulista e o Sindicato conquista a equiparação do piso para jornais e revistas do interior e litoral.

1998-2007

A internet chega ao Brasil, surgem os portais de notícias e as novas tecnologias enxugam as redações. O trabalho freelancer se amplia, bem como a fraude da “Pessoa Jurídica” nas redações para aumentar o lucro das empresas às custas da redução de direitos dos jornalistas. Em 1998, os profissionais apoiaram a criação do Conselho Federal dos Jornalistas, que só chegou ao Congresso Nacional em 2003, com apoio do presidente Lula, mas, pressionados pelas empresas de comunicação, os deputados rejeitaram a proposta. No Executivo, uma derrota da categoria com o veto de Lula ao projeto 79/04 que garantia a obrigatoriedade do diploma de jornalismo para todas as funções do segmento.

2008-2017

A luta pela obrigatoriedade do diploma de jornalismo marca o período e a entidade segue defendendo a exigência da formação. As mulheres se consolidam como maioria na profissão. Em 2008, nos 200 anos de imprensa no Brasil, “Da pena à era digital” é tema do 12º Congresso Estadual dos Jornalistas. É inaugurada a Regional Oeste Paulista do SJSP para representar a categoria em mais de 80 cidades. Com o golpe à democracia e o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, o Sindicato acirra o embate em defesa dos direitos trabalhistas, contra a “pejotização”, as terceirizações e a precarização das redações.

Greve Geral: jornalistas cruzam os braços em defesa dos direitos trabalhistas

Profissionais se mobilizam no 28 de abril e seguem na luta contra as “reformas” do governo ilegítimo



Jornalistas de São Paulo cruzaram os braços no último 28 de abril, dia de Greve Geral contra a escalada do governo ilegítimo de Michel Temer (PMDB) para retirada de direitos com as “reformas” trabalhista, previdenciária e a terceirização. Organizada pelo

Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP), a categoria decidiu em assembleia o engajamento na paralisação e se juntou aos mais de 40 milhões de trabalhadores e trabalhadoras que aderiram à greve em todo o país.

Na Empresa Brasil de Comunicação (EBC), 85% dos jornalistas da praça de São Paulo aderiram à paralisação, realizada em conjunto com os radialistas, e fizeram piquete em frente à emissora, na zona oeste da capital.

Na EBC, além do embate contra as reformas, a luta também é pela conquista de Plano de Cargos e Remuneração (PCR) e contra a censura interna na empresa, onde tem ocorrido a proibição do uso de imagens, a prática de assédio e demissões

Todos os jornalistas da equipe de imprensa e de TV da

Câmara Municipal de Guarulhos também participaram da greve. Na Editora Abril e no Uol a paralisação nas redações foi parcial.

Além da capital paulista, nas regionais do Sindicato os dirigentes participaram dos atos da Greve Geral em diversas cidades do interior, entre as quais Bauru, Campinas, Rio Preto, São José dos Campos e Sorocaba.

No site da revista Carta Capital, os jornalistas paralisaram as atividades da meia-noite às 14h do dia 28 de abril, em decisão aprovada em assembleia e comunicada aos internautas.

Os jornalistas de texto e imagem da Brasileiros e das demais revistas da Brasileiros Editora também cruzaram os braços e comunicaram publicamente a participação na greve.

Depois da Greve Geral do 28 de abril, as centrais sindicais realizam o “Ocupa Brasília”, com calendário de ações em maio e marcha nacional à capital federal para pressionar o governo ilegítimo de Michel Temer a frear a retirada de direitos trabalhistas.

O mote é continuar e ampliar as mobilizações contra as “reformas” trabalhista e da Previdência Social e a terceirização ilimitada. As centrais também já sinalizaram a realização de uma segunda Greve Geral até o final de maio ou em junho.

Entre as ações prioritárias no período, os sindicalistas vão pressionar os parlamentares indecisos para que se posicionem contra as reformas e vão denunciar, junto à base eleitoral, os que já votaram à favor da retirada de direitos trabalhistas.

No período, os sindicatos, entre os quais o dos Jornalistas de São Paulo, também in-

Centrais sindicais organizam novas mobilizações contras as “reformas”

Marcha à capital federal é uma das ações do “Ocupa Brasília”

Cadu Bazilevski



Ato público de 1º de Maio em São Paulo: centrais sindicais sinalizam uma nova Greve Geral

tensificam o diálogo com a base realizando panfletagens e mobilização nos locais de trabalho. Para saber mais sobre as ações da entidade, acompanhe as notícias no www.sjsp.org.br.

No ato político do 1º de Maio da Resistência, na Av. Paulista, na capital, as centrais ressaltaram que os trabalhadores não aceitam os retrocessos e continuarão organizados contra

a retirada de direitos. A mobilização do Dia do Trabalhador e da Trabalhadora teve a participação dos representantes do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP).

Geraldo Alckmin recebe Sindicato e afirma que vai tratar da violência policial contra jornalistas

Policiais são responsáveis por 70% dos casos de violência contra os jornalistas em SP

Flaviana Serafim

Ao receber uma delegação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP), em 8 de maio último, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) se comprometeu a debater no governo a violência policial que atinge a categoria a partir da Recomendação do Ministério Público de São Paulo (MP-SP), expedida em março último, com o objetivo de garantir o livre direito à informação.

Alckmin recebeu a comissão do Sindicato no Palácio dos Bandeirantes, após um ano e cinco meses de pedidos, para tratar da violência policial contra os jornalistas, e disse que trataria da questão com o secretário de Segurança Pública, Márgino Alves Barbosa Filho, e com o Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel Nivaldo Cesar Restivo.

Na encontro, Alckmin admitiu que a Polícia Militar (PM) comete violências, e disse que, num universo de 90 mil policiais no estado, o que tem buscado “é treinar, é corrigir a polícia e tirar o mal policial”. O governador afirmou que 222 policiais foram retirados das polícias Militar e Civil no ano passado, entre de-



Alckmin recebe delegação sindical: à partir da esq., Guto, Zocchi, Audálio e Fred

comissões, expulsões e reformas administrativas, e, no caso dos militares, a violência injustificada foi a causa principal.

Os representantes do SJSP responderam que, mais do que culpar indivíduos, o problema é a orientação da corporação de reprimir os movimentos sociais (veja box abaixo). Como resultado, entre 2013 e o primeiro trimestre de 2017, foram registrados 125 casos de agressão a jornalistas no Estado, dos quais 87 (70%) praticadas por PMs, segundo a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

Além da entrega de informações sobre a violência contra os jornalistas, a comissão rei-

vindicou ao governador que determine à PM a implementação imediata da recomendação da Promotoria de Justiça de Direitos Humanos do MP-SP, que define 11 providências para garantir o trabalho dos jornalistas nas manifestações públicas.

A recomendação é resultado de um inquérito civil instaurado pela Promotoria para apurar as violações do direito à informação e dos direitos humanos dos jornalistas e comunicadores. Como parte do processo, profissionais denunciaram a violência numa audiência pública em setembro de 2016, realizada pelo MP-SP em parceria com o Sindicato e outras entidades.

A adoção de um protocolo específico regulando a atuação da PM é uma das providências propostas. As diretrizes devem ser detalhadas a partir de diálogo com entidades da área, como o Sindicato.

Para coibir agressões ou qualquer ato violento contra jornalistas, o documento do MP-SP prevê a elaboração de uma norma interna para responsabilizar os oficiais que comandam os policiais envolvidos na ocorrência. Na recomendação, a Promotoria também afirma que a PM deve adotar formação contínua sobre liberdade de imprensa, com ações em parceria com as entidades dos profissionais de comunicação e organizações da sociedade civil.

Na comissão recebida pelo governador estavam o atual presidente do Sindicato, Paulo Zocchi, e os ex-presidentes Audálio Dantas, Fred Ghedini e José Augusto Camargo, vice-presidente da Fenaj. A audiência foi concedida após um ofício enviado em dezembro de 2016, com a assinatura do atual presidente e de sete ex-presidentes do Sindicato.

População e jornalistas no alvo da violência policial

Na audiência com o governador, Paulo Zocchi, presidente do SJSP, ressaltou que, para o Sindicato, os jornalistas em si não são o alvo da polícia. “Isso faz parte de um contexto geral em que a tropa da PM muitas vezes é violenta contra os manifestantes, e atinge

o jornalista para impedir que seus atos sejam reportados e divulgados”, disse o sindicalista.

Além da violência contra os jornalistas, que se acentuou a partir dos protestos de junho de 2013, a violência policial está expressa nas estatísticas sobre a letalidade da polícia no Estado de São Paulo, responsável pela morte de 5.591 pessoas entre 2001 e 2011 – uma média de mais de 500 civis por ano, a maioria jovens negros do sexo

masculino, segundo o 5º Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil, do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP).

O relatório aponta que, no mesmo período, 961 policiais foram mortos, a maioria (72%) em ações fora de serviço, segundo a Ouvidoria da Polícia, sobretudo devido aos “bicos” para complementar a renda diante dos baixos salários que recebem do governo Alckmin.

Em todo o ano de 2016, a PM paulista matou 266 pessoas, mostram as estatísticas da Secretaria de Segurança Pública (SSP-SP), e a tendência é de crescimento. Segundo dados divulgados pelo Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana (Condepe), foram 217 mortes causadas por policiais somente no primeiro trimestre de 2017, contra 187 no mesmo período do ano passado.



PLURALIDADE

A imprensa negra abolicionista

Por Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial - Cojira

Dentre todas as guerras ocorridas no Brasil ao longo do século XIX, uma das mais significativas foi contra a escravidão e, em muitos momentos, se fundiu à luta republicana. Ambas utilizaram como arma a palavra, seja pelo jornalismo e a literatura, seja nos discursos nas academias ou praças públicas. O espírito de modernidade, que pregava as causas abolicionistas e republicanas, se valia dos jornais para se manifestar.

Poucos conhecem a atuação de jornalistas como o mestiço Francisco de Paula Brito (1809-1861), um dos maiores editores do Segundo Reinado, publicando os primeiros poemas, artigos e livros dos também mestiços Machado de Assis e Teixeira e Sousa. Em 1833, no Rio de Janeiro, criou o jornal abolicionista *O Homem de Cor*, que mudou seu título para *O Mulato* e existiu até 1867.

Paula Brito tinha, ainda, a revista *Marmota Fluminense*, que publicou os primeiros poemas e artigos de Machado de Assis e também tratava da temática abolicionista. Brito é um dos personagens focados pela jornalista e historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto em sua tese de doutorado, pela Unicamp, "Fortes laços em linhas rotas: literatos ne-

gros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX", de 2014.

José Carlos do Patrocínio (1854-1905) é abolicionista de destaque que, apesar da formação em Farmácia, dedicou-se à causa por meio de jornais como *Os Ferrões*, em 1875. Patrocínio se tornou redator da *Gazeta de Notícias* e parceiro de militância do jornalista negro Ferreira de Meneses, proprietário da *Gazeta da Tarde*, que adquiriu após a morte desse amigo.

Em São Paulo, destacou-se o advogado, jornalista e poeta Luiz Gonzaga Pinto da Gama (1930-1882), que criou, em parceria com o italiano Angelo Agostini, em 1864, o *Diabo Coxo*, o primeiro humorístico ilustrado da cidade, dedicado ao abolicionismo e à causa republicana. Dois anos depois, a mesma dupla criou *O Cabrião*, com os mesmos objetivos.

Ana Flávia aponta ainda os negros Arthur Carlos, Ignácio de Araújo Lima e Theophilo Dias de Castro, dos jornais *A Pátria* e *O Progresso*, vinculados à irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Não considerar essas publicações como expressivas na luta abolicionista é negar a participação de jornalistas negros na emancipação de seu próprio povo.

*A coluna Pluralidade visa tratar de questões raciais, de gênero e de identidade no jornalismo. Mande sua sugestão enviando mensagem para o e-mail: unidade@sjsp.org.br

Sindicalize-se e fortaleça a luta por seus direitos

Atendimento jurídico, convênios, parcerias e cursos estão entre os benefícios da sindicalização, que também pode ser feita pela internet

A nova etapa da Campanha Permanente de Sindicalização prossegue em maio e nos próximos meses com filiações nas redações e pela internet.

Os dirigentes prosseguem em visita aos veículos de comunicação da capital, interior e litoral, dialogando sobre a importância de ser sindicalizado e de fortalecer a luta por direitos, organizada pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo nestes 80 anos em defesa da categoria.

A sustentação do Sindicato é o que permite a manutenção das atividades para conquistar mais direitos traba-

lhistas, promover a luta organizada e a participação ativa nas mesas de negociação. A sindicalização mantém, ainda, a atuação jurídica especializada para os jornalistas, além do benefício das parcerias, convênios e cursos.

A sindicalização é fácil e rápida, basta preencher o formulário acessando <http://bit.ly/sindicalizajornalista>.

Estudantes de jornalismo e recém-formados também podem fazer a pré-sindicalização pelo formulário no <http://bit.ly/sindicalizaEstudante>

Saiba mais: www.sjsp.org.br

Confira os novos cursos, convênios e parcerias

Acesse sjsp.org.br ou ligue (11) 3217-6294

- Universidades



- Planos médicos e odontológicos

- Seguros



- Hotéis, pousadas e colônias de férias

- Bares e restaurantes



- Teatro, cinema, parques

Descontos para associados e dependentes



Santos: A Tribuna demite diretor regional do Sindicato dos Jornalistas

Sindicato repudia a demissão de Glauco Braga, que denunciou as tentativas de precarização no jornal, como redução de 20% nos salários

No último dia 24 de abril, o jornal A Tribuna, de Santos, demitiu Glauco Braga, diretor regional na Baixada Santista do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) e há 20 anos na publicação.

A demissão viola a estabilidade do dirigente sindical, garantida no artigo 8º, inciso VIII da Constituição Federal, e representa mais uma expressão da prática antissindical adota pela empresa nos últimos anos. Por isso, o SJSP move ação na Justiça do Trabalho para a reintegração.

Há anos a diretoria do jornal vem buscando precarizar o trabalho na redação com demissões em massa, tentativas de impor um plano de saúde de coparticipação e de reduzir os salários em 20%, e decidiu afastar o sindicalista por denunciar as irregularidades.

Em junho de 2015, ocorreu a demissão em massa de seis administrativos, três gráficos e sete jornalistas, entre os quais o próprio Braga que, na época, liderou o movimento dos trabalhadores contra a mudança no convênio médico, pois a alteração traria prejuízos à categoria.

Após processo movido pelo SJSP, as demissões foram anuladas por decisão unânime do Tribunal Regional do Trabalho (TRT2-SP) da 2ª Região. Além da reintegração, o TRT determinou a suspensão do convênio médico por ter sido implantado à revelia dos trabalhadores.

Desde então, o dirigente relata que piorou muito a relação com a diretoria do jornal e, ao mesmo tempo, aumentou o “clima de terror” e a pressão pela precarização dos jornalistas.

Atualmente, duas redações trabalham juntas para quatro diferentes veículos de comunicação – os jornais A Tribuna, Expresso Popular e a AT Revista, além da versão digital da Tribuna.

Segundo Braga, “como jornalista e dirigente sindical, minha situação ficou muito difícil até porque, além de sofrer perseguição, fui, literalmente, colocado de lado. Enfrentei iniciativas e atitudes de assédio moral e virei um desafeto da chefia de redação a partir do momento em que denunciei as ações deles para tentar prejudicar a categoria, como em relação ao banco de horas, à redução salarial e contratação de estagiário como mão de obra barata”.

Outra situação que irritou a diretoria da Tribuna, diz o sindicalista, é que ele descobriu uma lista de 13 dez jornalistas para

ser demitidos, dos quais oito já saíram do jornal, entre demitidos e os que pediram demissão.

“As pessoas foram embora para outro emprego ou se demitiram porque não aguentavam mais trabalhar lá, porque é uma empresa que não dá oportunidade para ninguém a não ser para os amigos da editora-chefe. A situação hoje é de terror dentro da redação”, critica o sindicalista.

Braga afirma, ainda, que, mesmo após a decisão do TRT2-SP, foi procurado diversas vezes pela direção do jornal insistindo tanto na mudança do plano de saúde quanto na redução dos salários.

“Lamento a atitude deles, que tratam de forma autoritária a representação do sindicato na redação. Querem que a demissão seja um ‘exemplo’ para a categoria de que eles podem demitir qualquer um, inclusive um dirigente sindical eleito”, afirmou.

Para reverter a situação, o SJSP começou uma campanha contra a ação antissindical da empresa, exigindo a anulação da demissão e o respeito democrático ao mandato sindical.

IstoÉ: Justiça reintegra diretor do Sindicato afastado pela Editora Três

O repórter Alan Rodrigues, diretor do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado (SJSP), foi reintegrado à redação da Editora Três por determinação da 1ª Vara do Trabalho de São Paulo, em decisão da juíza Érica Siqueira Furtado Montes no último dia 11 de abril.

O jornalista, contratado da editora há 23 anos, havia sido afastado em dezembro passado, quando a empresa iniciou um processo de demissão por justa causa acusando Alan de ter prestado falso testemunho numa

ação movida por um ex-empregado contra a Três na qual reivindica o reconhecimento do vínculo empregatício e de direitos trabalhistas, sonogados depois de anos em que foi obrigado a atuar como Pessoa Jurídica (PJ).

Na decisão, a juíza do Trabalho destacou que o falso testemunho alegado para a demissão por justa causa “ainda não pode ser verificado, o que só poderá ser realizado após sentença proferida pela 51ª Vara. Assim, até o julgamento do presente inquérito não há que se falar em falta

grave ou falso testemunho”. A decisão aponta, ainda, que “não há qualquer notícia nos autos trabalhistas da instauração de procedimento na esfera penal para apuração do crime de falso testemunho”.

Em seu depoimento, o que Alan fez, na realidade, foi confirmar as irregularidades trabalhistas que ocorrem na Editora Três e que há anos são denunciadas pelo Sindicato – frequentes atrasos de pagamentos e pejetização em massa nas redações, uma fraude na relação de trabalho que retira direitos dos jornalistas.

“A decisão é mais uma vitória do Sindicato contra os patrões e

suas decisões autoritárias. A base do processo de demissão foi sustentada em mentiras”, diz Alan.

O repórter foi demitido no mesmo momento em que se aprofundou a precarização nas redações da Três. Em dezembro passado, a empresa anunciou que seus jornalistas PJs não recebem mais correção de salários pelo índice da Convenção Coletiva da categoria, nem o 13º salário a partir de 2017.

Outra mudança é que a editora passou a pagar somente dez salários por ano para parte dos pejetizados, correspondentes às dez edições das revistas Menu, Motor Show e Planeta.



Sorocaba: Jornalistas do Cruzeiro do Sul são alvo de censura e assédio por promotor de Justiça

Os jornalistas do Cruzeiro do Sul, centenário jornal de Sorocaba, foram surpreendidos com assédio moral e censura explícita à redação durante a cobertura da Greve Geral realizada nacionalmente no último 28 de abril. Numa sala fechada com jornalistas, fotógrafos, diagramadores e editores, o promotor de Justiça da Vara da Infância e Juventude do município, Antônio Domingues Farto Neto, agrediu os profissionais de imprensa com berros, ofensas e ameaças.

O promotor intimidou a redação dizendo que o êxito da Greve Geral na cidade era responsabilidade da manchete do Cruzeiro do Sul, sendo necessário “limpar o serviço feito” para criar uma “agenda positiva” e, para isso, “engrandecer” o trabalho da Polícia Militar e da Guarda Civil Municipal.

De acordo com os relatos recebidos pela Regional Sorocaba do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP), foi o promotor quem ditou a manchete do Cru-

zeiro do Sul para o dia 29 de abril, sob o título “Paralisação prejudica trabalhador sorocabano”.

O caso foi denunciado pelo SJSP ao Ministério Público do Trabalho (MPT) para apuração e é o primeiro de censura escancarada dentro de uma redação no interior de São Paulo desde o final do regime militar brasileiro. O Sindicato também acompanha a situação junto aos jornalistas do Cruzeiro do Sul para preservar o emprego dos trabalhadores e evitar retaliações ou perseguições.

“O ato é uma violência e está ligado ao atual momento político, onde as pessoas estão perdendo a vergonha e o discernimento do que é viver numa democracia, do que pode e o que não pode. Sabemos que há linhas editoriais, mas da forma como ocorreu nos remete à ditadura”, avalia Fabiana Caraméz, diretora regional do Sindicato em Sorocaba.

“Força-tarefa” e reação dos jornalistas

Farto Neto é membro do

Conselho Consultivo da Fundação Ubaldino do Amaral (FUA), mantenedora do jornal, e em sua ida à redação foi acompanhado por outros membros do conselho e também pelo coronel Antônio Valdir Gonçalves Filho, comandante do Comando de Policiamento do Interior (CPI/7) e, ainda, pelo atual secretário de Segurança e Defesa Civil da prefeitura de Sorocaba, José Augusto de Barros Pupin.

A Regional Sorocaba do SJSP apurou que o coronel e o secretário foram ao jornal atendendo ao convite da “força-tarefa” encabeçada pelo promotor, com o intuito de conceder as entrevistas da “agenda positiva” da Greve Geral.

Apesar da pressão e do assédio sofridos, os jornalistas reagiram à atitude do promotor e não assinaram o expediente e nem as matérias do jornal que circulou em 29 de abril.

No último dia 5 de maio, os profissionais do Cruzeiro do Sul também se reuniram com José Augusto Marinho, presidente do Conselho de Administração da

Fundação Ubaldino do Amaral e responsável pelo jornal. Na ocasião, entregaram documento assinado por toda a redação, relatando e manifestando repúdio ao ocorrido no dia da Greve Geral, reivindicando apuração do caso e o fim da censura, do constrangimento e da coação aos jornalistas.

“Parabenizamos a categoria por enfrentar essa situação unida, por ter tido consciência e força de se colocar e de não aceitar o assédio moral. É um exemplo a ser seguido nas demais redações, tanto pra preservar o próprio jornalismo quanto para um ambiente saudável na empresa”, ressalta Fabiana.

O caso teve forte repercussão junto à população de Sorocaba. Na página do Sindicato nas redes sociais, a postagem com a denúncia teve dezenas de comentários, mais de 500 compartilhamentos e alcançou mais de 70 mil pessoas. Contudo, até o fechamento desta edição, a Fundação Ubaldino do Amaral não se posicionou oficialmente sobre o ocorrido.

Visita às redações do interior e litoral

Paulo Zocchi, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP), está visitando as redações do interior e litoral, acompanhado dos representantes regionais da entidade. Os dirigentes dão continuidade à nova etapa da Campanha Permanente de Sindicalização (*leia*

mais na página 12) e, com os profissionais de jornais e revistas, que têm data base em 1º de junho, também dialogam sobre a Campanha Salarial 2017-2018.

Os sindicalistas estiveram em Rio Preto, no último 9 de maio, e foram às redações do jornal Diário da Região, na TV Record e na TV Tem. A Câmara Municipal aprovou Moção de Aplauso pelos 80 anos do Sindi-

cato, que se completaram no último dia 15 de abril. Na ocasião, Zocchi falou à tribuna sobre a história da entidade, defendeu os direitos trabalhistas e a liberdade de expressão, e denunciou a violência policial sofrida pelos jornalistas no estado.

Em 15 de maio, Zocchi e o secretário de Interior e Litoral, José Eduardo de Souza, se reuniram na Regional Piracicaba

do SJSP com o coordenador Martim Vieira Ferreira. Os dirigentes também participaram de uma palestra sobre os 80 anos do Sindicato, realizada para estudantes de jornalismo da Universidade Metodista (Unimep). Além do histórico da entidade, foram discutidas as lutas atuais da categoria, os impasses do jornalismo, a questão do estágio e a precarização da profissão.

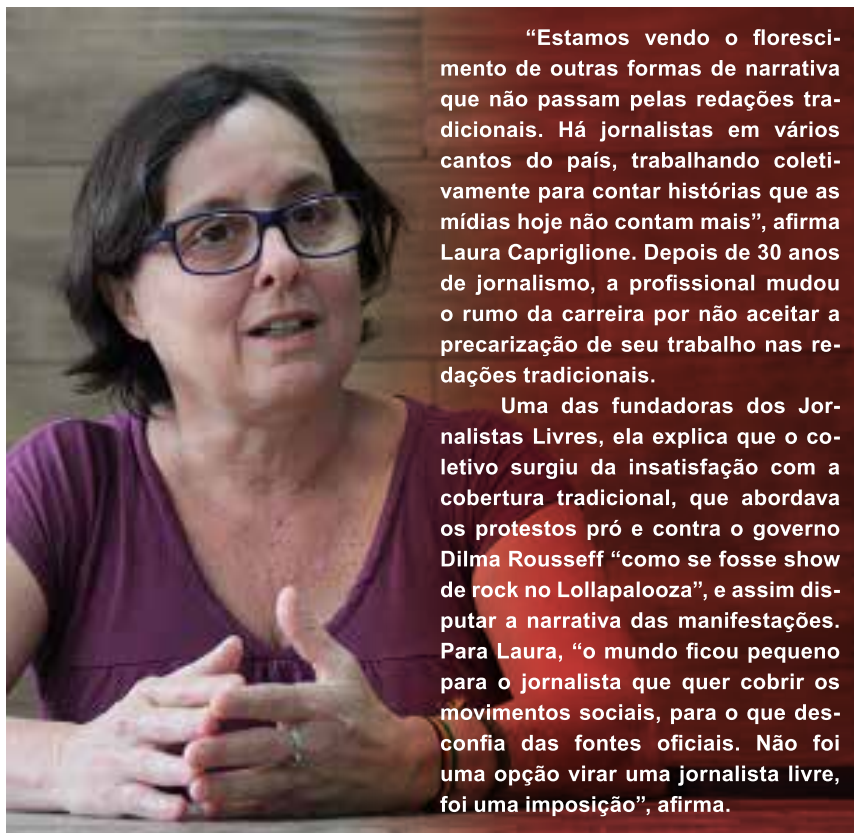


UNIDADE entrevista:

Laura Capriglione

“ Não foi opção virar jornalista livre, foi uma imposição”

Cadu Bazilevski



“Estamos vendo o florescimento de outras formas de narrativa que não passam pelas redações tradicionais. Há jornalistas em vários cantos do país, trabalhando coletivamente para contar histórias que as mídias hoje não contam mais”, afirma Laura Capriglione. Depois de 30 anos de jornalismo, a profissional mudou o rumo da carreira por não aceitar a precarização de seu trabalho nas redações tradicionais.

Uma das fundadoras dos Jornalistas Livres, ela explica que o coletivo surgiu da insatisfação com a cobertura tradicional, que abordava os protestos pró e contra o governo Dilma Rousseff “como se fosse show de rock no Lollapalooza”, e assim disputar a narrativa das manifestações. Para Laura, “o mundo ficou pequeno para o jornalista que quer cobrir os movimentos sociais, para o que desconfia das fontes oficiais. Não foi uma opção virar uma jornalista livre, foi uma imposição”, afirma.

Qual a importância do Sindicato e de ser sindicalizada?

O Sindicato é nossa representação e é fundamental que os jornalistas se filiem e fortaleçam sua entidade representativa. Tenho 30 anos de jornalismo e houve um período em que parecia que as empresas conseguiam atender a quase todas as demandas. Havia pleno emprego para os jornalistas, todos trabalhavam em redações grandes em que os salários tiveram uma valorização. Parecia que ninguém precisava mais do Sindicato porque existia a ideia de que, com dedicação, você poderia ser recompensado com cargos melhores e salários maiores. Isso incentivou uma hipercompetição, criou uma distorção dentro da categoria e reduziu a sindicalização. Essa ilusão, que o Mino Carta aponta com sabedoria, que é tratar o patrão como colega ou o chefe como seu melhor amigo, é uma distorção de classe que

afetou nossa categoria por um bom período, e que está sendo solucionada hoje da pior maneira possível, que é vendo os salários achatados, demissões...

A precarização que se aprofunda nas redações...

Sim, e essa carga de ilusão, da qual fomos veículos e vítimas, está se desfazendo com iniciativas colaborativas de jornalistas para tentar contar os fatos da melhor maneira possível. Com isso vem a valorização do nosso Sindicato, que é entender que as saídas para a categoria têm que ser coletivas, que não serei “eu com meu patrão” que vamos resolver, mas seremos nós juntos contra a precarização. É um momento de cair a ficha porque sozinho não vamos longe. Reconhecer o Sindicato como instrumento de autodefesa corporativa é fundamental. Tenho orgulho de estar junto e construindo esse instrumento de luta da classe trabalhadora.

Como o profissional pode crescer nesse cenário? Como você vê o futuro do jornalismo?

Temos que começar questionando que o jornalismo é uma atividade caríssima. A atividade é muito cara porque tem que pagar os lucros enormes dos empresários e uma quantidade de executivos que ganham bônus, 20º salário, carro, viagem, porque são esses caras que vão garantir a disciplina de exército que tem que ter dentro dessas redações. São esses cargos de confiança, que dizem “fora daqui” e são pit bull do patrão, que garantem o pensamento único que vigora hoje e que piorou muito em relação ao que era. E têm os repórteres de confiança, os que fazem as narrativas que interessam, que têm que ser amplamente remunerados. Junto com a disciplina militar que entrou nas redações, tem que se pagar muito aos jornalistas que são pau mandado do patrão. Acho que o jornalismo é uma atividade cara, mas, no “plano de negócios”, tem que tirar do lucro do patrão e do salário dos puxa-sacos. Tirou isso, aí vamos discutir se o jornalismo é caro ou barato. Há uma parte enorme que podia ser barateada se tivéssemos uma estrutura que fosse simplesmente disposta a não mentir, a não falsear, a não contar a história que não houve.

E além dessa questão do custo?

Depois de expurgar isso, acho que nas redações há um etnocentrismo que afirma que o jornalismo paulista é melhor, e é mentira. O jornalismo pernambucano é ótimo, como o de várias outras partes do Brasil é excelente. Se em vez de ficar pagando viagens pudéssemos compartilhar conteúdos, viajando só quando for realmente necessário e ajudar a trocar experiências, aí sim. Se não, por que não contar com um jornalista local? É esse o novo jeito que acho que podemos fazer e não podemos confundir a

crise do jornalismo com a das empresas jornalísticas.

E a que você atribui essa crise?

A crise é das empresas e é porque elas viraram as costas para os 54 milhões que votaram na Dilma Rousseff e, de repente, essas empresas fazem campanha aberta pelo impeachment como se não houvesse eleição. Muita gente cancelou assinaturas porque se sentia mal, vilipendiada com mentiras. Existe a crise do modelo de negócios no jornalismo numa escala mundial, que tem a ver com a internet. Mas a que vivemos no Brasil tem características próprias, que é de uma concentração da mídia que faz os donos prescindirem do público leitor, e aí não querem estar em crise? Há a crise, mas também existem outras formas de fazer jornalismo. Podemos mudar, criar formas de produção por meio de cooperativas. Defender o jornalismo passa por defender outras formas de produzir conteúdo jornalístico de qualidade, de excelência, com critérios éticos e de rigor com a verdade.

Qual mensagem você daria aos estudantes de jornalismo ou aos recém-formados na profissão?

Quem ainda está estudante tem que procurar coletivos de mídia porque é uma oportunidade de aprender coisas que não são possíveis dentro da redação. Há coletivos que permitem que o estudante acompanhe reportagens, apurações e se aprende muito com isso. E para quem está chegando e ainda não sabe bem se é essa a paixão, para descobrir o que você realmente quer e o valor do dinheiro nessa história, também é legal acompanhar os repórteres. As redações novas, de coletivos de jornalistas e repórteres, dão a possibilidade de ir junto e aprender com acompanhamento, orientação, cuidados e dicas de como melhor fazer o jornalismo.

UNIDADE na história

A edição dos 80 anos do Sindicato dos Jornalistas destaca o **Unidade**, jornal oficial da entidade que, apesar de ter surgido pela primeira vez há mais de 60 anos, passa a ser periódico e se efetivou em 1975.

Na primeira edição, em agosto de 1975, com Audálio Dantas na presidência do Sindicato em plena ditadura militar, o editorial destacava: “O jornalista de verdade é aquele que, sob o fogo cruzado dos interesses, luta por um direito que deve estar acima de todos – o de informar. Um direito que é básico para a defesa de todos os outros”.

As capas do **Unidade** que publicamos nesta edição expressam as histórias de luta da categoria e da entidade em meio à história do país e as transformações sociais, políticas e econômicas das últimas oito décadas.



1 - **Collor** Em 1989, a desastrosa chegada ao poder de Fernando Collor / 2 - **Vlado** Na capa sobre a morte de Vladimir Herzog, em 1975, a simbólica escuridão / 3 - **Mulher e jornalismo** Maioria da profissão, as mulheres no jornalismo em destaque na edição de março de 2005 / 4 - **Lágrimas da repressão** Desde as “jornadas” de junho de 2013, o crescimento da violência policial contra os jornalistas / 5 - **100 Chegamos e vamos em frente** Em 1988, a centésima edição do Unidade é destaque / 6 - **Um ano para ficar na história da categoria** Especial sobre os 20 anos da greve da categoria realizada em 1979 / 7 - **Diploma** A defesa da obrigatoriedade do diploma nas lutas da entidade em 2012 / 8 - **Não ao desemprego** Em 1998, a luta contra o desemprego durante o governo Fernando Henrique Cardoso / 9 - **Jornalistas em defesa da democracia** Para além do mundo do trabalho, defesa da democracia marca trajetória do Sindicato que, em 2016, se posicionou contra o golpe